

**DEPUTADO JALES MACHADO**

**U. D. N. DE GOIÁS**

# **O aumento de vencimentos e suas conseqüências**

**Discurso pronunciado em 27/7/48 e  
publicado no Diário do Congresso em  
28/7/48.**



**RIO DE JANEIRO—1948**

**DEPUTADO JALES MACHADO**

**U. D. N. DE GOIÁS**

# **O aumento de vencimentos e suas consequências**

**Discurso pronunciado em 27/7/48 e  
publicado no Diário do Congresso em  
28/7/48.**



**RIO DE JANEIRO—1948**

JORNAL DO COMMERCIO — Rodrigues & Cia.  
Av. Rio Branco, 117 — Rio de Janeiro — 1948

Ao Otávio, o papae

Jales

Rio 8/9/48

O SR. JALES MACHADO — Senhor Presidente, nunca esta tribuna me foi tão constrangedora como nesta oportunidade.

Só mesmo uma convicção inabalável me leva ao sacrifício de ocupal-a para divergir do projeto de aumento de vencimentos. Não desconheço a aflitiva situação do funcionalismo público e de todos que, nos grandes centros, vivem de salários, diante do constante aumento do custo da vida. Mas não posso desconhecer igualmente a situação, mil vezes mais angustiosa, do grande proletariado brasileiro que, nos campos, inteiramente a margem da legislação trabalhista, desamparados de tôda sorte de assistência social, sem o auxílio de uma Comissão Central de Preços, se estiola no baixo nível de vida jamais atingido em nosso país. Quem duvidar que percorra o nosso interior. E não precisa ir longe. Se aumentar vencimentos fôsse a terapêutica certa, o mal, de há muito, estaria debelado.

Já foi aplicada várias vezes, com resultados negativos. Há pouco mais de dois anos, um reajustamento, de autoria do atual Prefeito desta Capital, ocasionou um aumento de aproximadamente Cr\$ 2.000.000.000,00 na verba pessoal, que passou a absorver mais de 50 % da receita orçamentária e que respondeu, exclusivamente, pelo *deficit* previsto. Já agora novo aumento é reclamado e, concedido, talvez antes de dois anos, esta situação se repetirá, agravada.

Mas porque enganarmos ao funcionalismo e a nós mesmos, querendo atribuir ao aumento de vencimentos o milagre de corrigir semelhante situação? O aumento de 1946, que automática e naturalmente se estendeu às demais classes dos grandes centros, como se estenderá o atual, se concedido, responde pela constante alta do custo da vida quando, num autêntico paradoxo, estamos, no interior, em presença de um clima de verdadeira deflação, de tal gravidade, que medidas extraordinárias estão sendo reclamadas para o financiamento da produção agrícola, cujo volume se vem reduzindo cada vez mais.

E' que recursos, através de impostos, estão sendo arrebatados às classes produtoras do interior da país e distribuídos, desproporcionadamente, para o funcionalismo e classes que labutam nos grandes centros, alargando seu poder de compra e a causa da alta dos preços. Daí o chocante contraste entre a crise de numerário, no interior, e a euforia monetária, nos principais centros administrativos e industriais do país.

É evidente que estamos nos debatendo num perigoso círculo vicioso que fatalmente quebrará a nossa capacidade de concorrência no mercado mundial, pelo custo cada vez mais alto que medidas dessa natureza, acarretam à nossa produção. Mas, não é só por essa face que a medida é desastrosa. Ela encerra uma grande injustiça de ordem social porque visa beneficiar uma fração apenas do proletariado brasileiro, aquêle que goza de vários privilégios, à custa da miséria da maioria.

Realmente, Sr. Presidente, quem, em última análise, vai arcar com o ônus do aumento projetado? Necessariamente, as classes produtoras. No Brasil, onde

estão as classes produtoras? No campo. Para essas — o que significa o projeto? A obrigação de pagar os benefícios que se pretende outorgar às outras, diretamente, através de impôsto e, indiretamente, pela alta dos produtos industriais. Pelos aumentos anteriores, o que se tem dado a essa classe? Essa permanência criminosa de tabelamentos, arbitrários unilaterais e absurdos, dos produtos de sua produção, ainda em favor das classes citadinas cuja situação se visa melhorar.

O Sr. *Tristão da Cunha* — No fim de contas, quem paga tudo é a lavoura, porque a indústria protegida se defende.

O SR. JALES MACHADO — Perfeitamente.

Aí está explicado e justificado o êxodo do campo e a queda conseqüente e fatal da produção de gêneros de 1.<sup>a</sup> necessidade. Estabelecendo condições de vida tão gritantemente díspares, entre a cidade e o campo, ainda em Assembléia Constituinte, o seguinte trecho:

É do meu primeiro discurso nesta Casa, quando outra coisa não seria de se esperar que a convergência para as de maiores vantagens e atrações.

*“Na política do despovoamento dos campos, é preciso que se diga, têm colaborado todos quantos, preocupados, mais com os efeitos que com as causas, têm patrocinado indistintamente tôdas as pretensões de aumento de salário das classes pobres, que gravitam em tôrno dos centros mais povoados, aquelas que exatamente, já se acham, mais ou menos, amparadas pela legislação trabalhista e instituições de outra natureza, provocando, assim*

*maior adensamento do proletariado em torno desses centros, em prejuízo da produção agrícola e, portanto, dos próprios fins que têm em vista. Ao lado disso clamam e aplaudem, por todos os meios, a compressão dos preços dos gêneros de primeira necessidade, esquecendo-se que o abaixamento destes é a ruína dos trabalhadores do campo, os maiores desprotegidos, as maiores vítimas do câmbio negro, e, realmente, o grosso do povo brasileiro”.*

Estávamos, então, saindo da ditadura. Dois anos depois, estamos ainda insistindo nos mesmos erros e nas mesmas experiências fracassadas, com absoluto deprêzo da lição dos fatos e do bom senso.

Mas, Sr. Presidente, consequências muito mais graves, que as simplesmente econômicas e financeiras, pode acarretar a permanência nessa política suicida. A corrida para os centros urbanos fez deslocar, para as massas que neles gravitam, o maior potencial eleitoral do país. Eleitorado de massa, quase analfabeto, sem possibilidade de discernir os legítimos interesses da nacionalidade, antes dissimulado pelos núcleos rurais, escapou à influência dos fazendeiros e patrões mais ou menos criteriosos, para ficar inteiramente à mercê da demagogia, extremista ou não. Daí as surpresas eleitorais que temos vivido e os sucessos do comunismo. Que é o doloroso caso de São Paulo, esse impiedoso dilema entre ferir a Constituição ou assistir impassível e atônito a delapidação do patrimônio material e moral do Estado líder, senão uma consequência direta e patente dessa situação que, novamente,

se pretende agravar. Mas, já agora, com a responsabilidade do próprio Congresso.

O *Sr. Campos Vergal* — V. Excia. permite um aparte ?

O SR. JALES MACHADO — Com muito prazer.

O *Sr. Campos Vergal* — Nesse ponto, permito-me discordar de V. Excia. ao afirmar que o Governador de São Paulo está delapidando os patrimônios daquele Estado. O orador não conhece, tanto quanto eu, aquela unidade federativa; por isso, posso asseverar a Vossa Excia. que São Paulo vai em franco progresso, encontra-se ótimas condições, podendo servir de modelo a outros Estados, para uma ascensão na ordem econômica e social.

O *Sr. Moraes Andrade* — Na opinião singular de V. Ex.<sup>a</sup>.

O *Sr. Campos Vergal* — Claro que não há de ser na opinião de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. JALES MACHADO — Devo esclarecer ao nobre Deputado Sr. Campos Vergal que tenho frequentado os meios paulistas, principalmente o Instituto de Engenharia, onde tenho colhido de pessoas do mais alto critério o testemunho de que os patrimônios material moral do povo paulista estão sendo delapidados pelo atual Governo daquele Estado.

Quem poderá negar, além disso, a influência dessa concentração de potencial eleitoral sobre a própria legislação.

Acaso os legisladores poderão se subtrair à pressão dele ? A resposta poderá ser encontrada na análise do conjunto da obra legislativa realizada até aqui. Sendo, por demais patentes as repercussões nocivas, de ordem econômica, financeira e principalmente so-

cial, alega-se que a concessão do aumento se impõe por imperativo político, para evitar estremecimento da ordem social.

Para não enfrentar uma situação perigosa, agrava-se a causa geradora em troca de um adiamento. Agrava-se, assim, mais ainda, o depauperamento do grande proletariado brasileiro — o do interior, o do campo — para que, transitória e fugazmente, se mitigue o sofrimento daquele que já é menos sofredor.

O Deputado, Sr. Aristides Largura, já mostrou que a média dos vencimentos do funcionalismo é a maior dentre as demais classes.

Nas contingências atuais, taxada de desesperadoras, ser funcionário público ainda é privilégio, aspiração máxima da grande massa de brasileiros. Não há dia em que nós, congressistas, não recebamos pedidos de interferência para obtenção de emprêgo público. E' um fato que está na consciência de todos. O aumento de vencimentos seria o agravamento dêsse privilégio de classe; seria a minoria beneficiando-se com o sacrifício da maioria; seria aumentar as causas das concentrações urbanas e o perigo da sua exploração pela demagogia. Sob o título: "*Ambiente Propício ao Comunismo*", o padre Arlindo Vieira publicou, no "Correio da Manhã", de 17-7-48, importante estudo, retratando, com absoluta fidelidade, um doloroso aspecto da nossa atualidade, consequência da política suicida, que o projeto em discussão, mais uma vez, quer consagrar.

Vou ler sua parte final. Para êsse rápido desfile de verdades, chamo a atenção do plenário.

“Pretendemos criar uma indústria sem a base imprescindível da lavoura. Em um país

novo, essencialmente agrícola, assinala-se uma tremenda deserção dos campos.

As capitais e as grandes cidades do interior tornam-se superpovoadas. Nada mais difícil do que encontrar uma casa nessas aglomerações urbanas. À falta delas, erguem-se por tôda a parte, no Rio e em São Paulo, casebres de lata e de tábuas onde definham física e moralmente 8 à 10 pessoas.

As célebres leis trabalhistas, unilaterais porque deixaram em completo desamparo os homens da gleba, só contribuíram para exacerbar o mal.

E ainda, bem, dizem alguns, que ficaram só nas cidades; se tivessem invadido a lavoura, teriam os fazendeiros e criadores que abandonar suas propriedades. Não podem êles pagar salários elevados. São muitos os contratempos da lavoura. A cultura mecânica é impraticável em quase todo o Estado de Minas, e não está ao alcance dos pequenos agricultores que são a grande maioria. Ainda estamos sob o sistema do arado puxado por bois ou do cabo da enxada. Agravam o mal a falta de estradas e a elevação das tarifas ferroviárias.

A produção decresce de ano para ano. Há falta de braços. Ninguém quer trabalhar na roça. Todos correm para as cidades em busca de altos salários.

Preguei êste ano a Semana Santa numa cidadezinha de Minas de dois mil habitantes, sendo de quatro mil a população de todo o

município. Foram assistir às solenidades e visitar suas famílias mais de vinte rapazes do lugar. Partiram da roça, para São Paulo, a fim de lá trabalhar como serventes de pedreiro. A princípio Volta Redonda e, em seguida os arranha-céus das cidades, arrancaram dos campos milhares de jovens. Disseram-se aqueles rapazes que começaram a ganhar 50 cruzeiros por dia. Ao cabo de dois anos, alguns já oficiais, estavam percebendo 80 e até até 100 cruzeiros.

Contavam isso com garbo a seus conterrâneos e se apresentavam bem vestidos com ares de gente sabida. A influência do exemplo é irresistível. Os que os ouviam diziam revoltados: E nós, feito bobos a suar no guatambú para ganhar 12 cruzeiros por dia! Vamos também para a cidade! E' essa a triste realidade. Enchem-se as cidades e os campos se tornam desertos. Desde os dias da ditadura levam e levam de imigrantes, mais ou menos indesejáveis, têm vindo, não para a lavoura, mas para agravar o problema do êxodo dos campos. A Argentina mais avisada que nós, está reatando a corrente imigratória italiana. Até hoje nada fizemos nesse particular. As fazendas de São Paulo vão-se convertendo, uma a uma, em pastagens.

Não há quem não veja quão grave seja a nossa situação. Ao lado desses males sumamente lamentáveis, a *burocracia vai estendendo seus tentáculos e atraindo para o parasitismo oficial milhares de "fiéis servidores"*.

Todos procuram arrimar-se num emprêgo público. Ainda há pouco, um negociante mineiro, irritado com os sucessivos aumentos de impostos dizia, diante de mim, a seu filho, aluno do 3.º ano do curso colegial: “Não seja bobo como o seu pai. Forme-se em engenharia, como você quer, e arranje uma sinecura. *Hoje não vive quem trabalha, mas que se encosta no Estado*”.

O aumento de salário, seguido imediatamente do aumento do custo da vida, não resolve o problema.

E' mister que nossos homens públicos voltem tôda a sua atenção para a lavoura e procurem, por todos os meios, por um têrmo ao ininterrupto êxodo dos campos.

Se as coisas caminharem nesse pé, amanhã estaremos a braços com a fome.

Teremos que importar gêneros de primeira necessidade para alimentar os operários aglomerados nas grandes cidades e os industriais que não terão a quem vender os seus produtos.

Então, há-de encontrar o comunismo terreno propício para conseguir seus nefandos intentos.

A multidão faminta e revoltada será palha sêca para nela se atear o incêndio da revolução.”

Senhores deputados, meditemos nessas verdades, e nas responsabilidades que, nesta hora, nos pesam sôbre os ombros e tenhamos a coragem necessária para enfrentar os sacrifícios que nos possam custar a anti-

patia dos que, de boa fé, mas erradamente, esperam do aumento a solução das suas dificuldades econômicas. Senão alargarmos nossas vistas ao panorama geral e nos deixarmos empolgar apenas pelas angústias dos que mais de perto nos rodeiam, nos nossos campos apenas permanecerão, principalmente duas classes: a 1.<sup>a</sup>, daqueles menos aptos que, sofrendo de complexo de inferioridade vão, se deixando ficar; 2.<sup>a</sup>, a daqueles que sob o sistema patriarcal, com o trabalho da mulher e dos filhos menores, vivendo miseravelmente, se contentam em produzir o com que se alimentarem, deficientemente. A consequência será a queda do rendimento produtivo específico. No ano de 1946 o aumento só para o funcionalismo foi de ..... Cr\$ 2.000.000.000,00 ou Cr\$ 4.000.000.000,00 até 1947, Cr\$ 6.800.000.000,00 e Cr\$ 10.400.000.000,00 até 1948 e 1949 respectivamente. Se aplicada essa importância em abertura e aperfeiçoamento dos meios de transportes e fomento da produção, dentro de uma política sadia e honesta de "rumo ao campo", teríamos um abaixamento do custo da vida que compensaria com largueza a falta do aumento, sem o alarmante agravamento dos problemas urbanos. E êsse benefício seria de ordem geral e atingiria, eqüitativamente, a totalidade do proletariado nacional e não se revestiria do odioso caráter da espoliação duma classe, em benefício de outra.

A solução dos complexos problemas administrativos depende de conhecimentos científicos, sociológicos, econômicos, financeiros e políticos, que escapam à percepção da cultura do eleitorado de massa, dos quais, por lealdade e decoro, não se podem afastar os partidos democráticos, nas suas campanhas eleitorais. Nessas

condições a propaganda, dentro dêsses princípios, teria que se exercer sôbre líderes mais esclarecidos sob cuja influência estaria o eleitorado de massa.

A nosa industrialização artificial agravada com a legislação social inadequadamente avançada e unilateral, agravada ainda com uma política de aniquilamento da lavoura, situação sublimada por uma ditadura desonesta e demagógica, ocasionou a integral libertação do eleitorado de massa dos seus mentores mais conscientes e esclarecidos para atirá-lo em cheio no âmbito exclusivo da demagogia. Isto veio colocar inevitavelmente os partidos democráticos no seguinte dilema; ou adotam os processos demagógicos e entram a prometer mundos e fundos, o possível e o impossível, num autêntico movimento de ludíbrio às massas, enfrentando nesse terreno os partidos extremistas, ou demagógicos, ou mantêm-se fiéis aos métodos democráticos, deixando à demagogia o campo livre e marcharão possivelmente para o desprestígio e para a derrota, em luta desigual.

Portanto todo o ato que concorra, direta ou indiretamente, para engrossar o potencial eleitoral sob o contrôle de demagogia, e o projeto de aumento de vencimento é *primus inter pares*, será, por paradoxal que pareça, ato de aniquilamento da resistência democrática. Nesse particular temos tido no Estado de São Paulo um verdadeiro laboratório de ensaio que muito tem custado e muito mais irá custar aos paulistas e à Nação se, dêle não soubermos aproveitar a lição.

O enfraquecimento da nossa lavoura ou, o que é o mesmo, o enfraquecimento de nossa produção e o conseqüente depauperamento da economia nacional, causador da miséria do povo, são as grandes oportu-

nidades que inconscientemente estamos oferecendo ao comunismo, num verdadeiro gesto suicida. Nos grandes centros o proletariado favorecido, em detrimento do proletariado do campo, lhe será grato por lhe ter, o comunismo, pleiteado constantes altas de salários. No campo, o proletariado espoliado e na miséria, também dêle será adepto pelas promessas de distribuição da propriedade alheia, de reformas miraculosas e quejandas, nas horas de sofrimento. Incapaz de aperceber que uma das causas da própria miséria é a alta dos salários do proletariado citadino, ainda verá nela mais um apanágio do comunismo que, assim, tira um duplo efeito, do mal que vai causando. A técnica é perfeita e fielmente executada. Jogando com as regalias democráticas de nossa Constituição, reclamando liberdade e garantias com que possam propagar os seus processos, o que pretende êle outorgar ao povo brasileiro? Nem mais nem menos que a imposição das garantias e das liberdades do regime soviético. Porque, neste, liberdade significa escravidão; democracia, despotismo; boa vizinhança, imperialismo; colaboração, absorção. Que o digam a Filândia, a Checoslováquia, a Hungria, a Rumânia, a Iugoslávia, etc.

Reclama para si na significação brasileira e promete na significação soviética. E' da técnica... E teremos de reconhecer que, se não é muito decente, é, entretanto, eficiente. Se os partidos democráticos não se preocuparem com os problemas fundamentais, se não propugnarem pelo levantamento da nossa produção em benefício da economia do povo e se, ao contrário, não tiverem ânimo para enfrentar as dificuldades, sentimentalmente penosas, como seja negar medidas que, visando mitigar sofrimento, na realidade,

agravam o mal, estarão capitulando e o Brasil marchará para rumos desconhecidos.

As primeiras consequências estarão à vista no próximo pleito presidencial. Se os interesses, personalistas prevalecerem no seio dos partidos democráticos e se entre eles próprios não reinar harmonia e compreensão absolutas ou mesmo um franco entendimento em torno da sucessão presidencial, possivelmente serão derrotados pela coalisão dos partidos de massa e, para êsse desfecho muito terão concorrido as consequências da concessão do aumento.

Vislumbrando tão nitidamente, todo êsse panorama, representante do povo goiano, na sua quase totalidade constituído pelos homens do campo, os espoliados, não poderia deixar de levantar minha voz e mostrar os perigos que êsse verdadeiro círculo vicioso representa para a nacionalidade. Porque, não tenhamos dúvida, da elevação de salários em projeto resultará uma alta do custo de vida, tal que, dentro em pouco, novo aumento será exigido. Todo o esforço em coibir as emissões resultará inútil e essa sucessão poderá arrastar o país para situações dramáticas e inesperadas. Enquanto a nossa produção se debate em pavorosa crise de numerário, como se vivesse em pleno clima de deflação, o custo da vida, desafiando tôda sorte de contrôle oficial, segue impávido e indiferente sua marcha ascencional.

A êsse quadro clínico inexorável, a Câmara, aprovando êsse projeto, dá a solução de um médico que pretendesse curar uma doença grave com aplicação de morfina. Enquanto o organismo do paciente anestesiado, perde capacidade de reação, ganha terreno o mal que o vai minando.

Para êsse contrasenso não poderei concorrer com o meu voto e nem deixar de exprimir a minha advertência de alarme, sob pena de trair o honroso mandato que, pelo povo goiano, exerço nesta casa.

*(Muito bem; muito bem. Palmas).*

JORNAL DO COMMERCIO — Rodrigues & Cia.  
Av. Rio Branco, 117 — Rio de Janeiro — 1948